
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

*Demonstrações contábeis consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos nas Notas 2 e 3.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN e consolidadas de propósito especial, conforme descritos nas Notas 2 e 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base para elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota 2, que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Instituição elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria em 23 de fevereiro de 2021.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 e 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Banco Cooperativo do Brasil S.A - Bancoob

| 31 de dezembro de 2020

Índice

Balanço patrimonial consolidado	4
Demonstração consolidada do resultado	6
Demonstração consolidada do resultado abrangente	7
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.....	11
Nota 1 – Contexto operacional	11
Nota 2 – Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.....	11
Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis.....	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa.....	16
Nota 5 – Depósitos compulsórios no Bacen Central.....	16
Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	17
Nota 7 – Instrumentos financeiros	17
Nota 8 – Repasses interfinanceiros e operações de crédito	19
Nota 9 – Ativos fiscais correntes e diferidos, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	22
Nota 10 – Investimentos em participações em coligadas e controladas	24
Nota 11 – Imobilizado	24
Nota 12 – Intangível	25
Nota 13 – Depósitos	25
Nota 14 – Obrigações por operações compromissadas	25
Nota 15 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares.....	26
Nota 16 – Obrigações por empréstimos e repasses	26
Nota 17 – Instrumentos financeiros derivativos.....	26
Nota 18 – Provisões	27
Nota 19 – Patrimônio líquido	28
Nota 20 – Limites operacionais - acordo de Basileia	29
Nota 21 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis.....	29
Nota 22 – Transações com partes relacionadas.....	32
Nota 23 – Outras informações	33
Composição dos órgãos da Administração do Bancoob	36

Balanço patrimonial consolidado

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante e não circulante		76.221.523	53.739.052
Caixa e equivalente de caixa	4	27.245.919	11.082.743
Depósitos compulsórios no Banco Central	5	1.518.597	1.281.858
Instrumentos financeiros	7	37.066.662	32.856.240
Títulos e valores mobiliários		17.424.506	17.994.059
Carteira própria		4.963.019	7.024.895
Títulos públicos		3.560.647	5.836.419
Títulos privados		1.388.529	1.176.460
Cotas de fundos de investimento		13.843	12.016
Vinculados a operações compromissadas		6.812.656	3.952.540
Títulos públicos		6.812.656	3.952.540
Vinculados a prestação de garantias		5.648.831	7.016.502
Títulos públicos		5.613.943	6.827.911
Títulos privados		34.888	188.591
Instrumentos financeiros derivativos		53	122
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6	888.827	754.033
Repasses interfinanceiros e operações de crédito	8	18.753.276	14.108.148
Resses interfinanceiros		11.883.497	8.961.086
Operações de crédito		6.990.631	5.243.171
(-) Provisões para repasses interfinanceiros e operações de crédito		(120.852)	(96.109)
Outros ativos		9.884.292	8.155.710
Transações de pagamento	21(a.1)	9.476.361	7.797.261
Carteira de câmbio	21(a.2)	187	8.060
Rendas a receber		15.693	17.339
Outros	21(a.3)	464.156	386.791
(-) Provisões para outros ativos	21(a.4)	(72.105)	(53.741)
Ativos fiscais correntes e diferidos	9(c)	237.742	161.473
Investimentos em participações em coligadas e controladas	10	200.666	126.417
Controladas e coligadas		168.121	93.553
Outros investimentos		32.545	32.864
Imobilizado	11	65.825	72.438
Imobilizado de uso		113.316	112.592
(-) Depreciações acumuladas		(47.491)	(40.154)
Intangível	12	1.820	2.174
Direitos de uso de software		10.668	10.294
Outros ativos intangíveis		253	-
(-) Amortizações acumuladas		(9.101)	(8.120)
Total do ativo		76.221.523	53.739.052

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Balanço patrimonial consolidado

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante e não circulante		74.184.834	51.822.713
Passivos financeiros		66.035.256	44.945.206
Depósitos	13	55.438.447	37.805.207
Obrigações por operações compromissadas	14	6.777.302	3.938.495
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares	15	52.376	111.639
Obrigações por empréstimos e repasses	16	3.767.130	3.089.779
Instrumentos financeiros derivativos	17	1	86
Provisões	18	15.106	14.170
Provisões para contingências		14.911	13.920
Provisões para garantias prestadas		195	250
Outros passivos		8.134.400	6.862.883
Transações de pagamentos	21(b.1)	7.341.871	6.007.963
Obrigações sociais e estatutárias e pagamentos a liquidar		14.692	20.224
Obrigações fiscais e previdenciárias	21(b.2)	116.802	151.633
Carteira de câmbio	21(b.3)	187	8.070
Outros	21(b.4)	660.848	674.993
Obrigações fiscais correntes e diferidas	9(b)	72	454
Outras obrigações fiscais correntes e diferidas		72	454
Total do passivo		74.184.834	51.822.713
Patrimônio Líquido	19	2.036.689	1.916.339
Capital social		1.864.332	1.742.770
Reservas de capital		51	51
Reserva de lucros		218.378	172.831
Outros resultados abrangentes		(46.080)	681
Participação de acionistas não controladores		8	6
Total do passivo e do patrimônio líquido		76.221.523	53.739.052

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Demonstração consolidada do resultado

31 de dezembro de 2020

	Nota	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Receitas da intermediação financeira		1.051.350	2.201.214	2.907.622
Resultado com operações de crédito	8(h)	552.003	1.086.741	1.093.184
Resultado com títulos e valores mobiliários	7(d)	487.729	1.083.796	1.764.845
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7(d)	(1.199)	(7.808)	(434)
Resultado de operações de câmbio	21(c)	1.423	9.043	2.623
Resultado das aplicações compulsórias		11.394	29.442	47.404
Despesas da intermediação financeira		(687.992)	(1.536.764)	(2.398.174)
Operações de captação no mercado	13(b)	(591.106)	(1.352.193)	(2.211.837)
Operações de empréstimos e repasses	16(b)	(69.058)	(127.203)	(114.026)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(27.828)	(57.368)	(72.311)
Resultado bruto da intermediação financeira		363.358	664.450	509.448
Receitas operacionais		824.199	1.595.939	1.618.724
Receitas de prestação de serviços	21(d)	631.279	1.207.927	1.239.384
Rendas de tarifas bancárias	21(d)	23	54	61
Resultado de participações em controladas e coligadas	10	20.037	47.753	28.317
Outras receitas operacionais	21(e)	172.860	340.205	350.962
Despesas operacionais		(1.069.284)	(2.043.117)	(1.922.409)
Despesas de pessoal	21(f)	(83.646)	(162.563)	(149.494)
Despesas administrativas	21(g)	(233.073)	(436.196)	(285.248)
Despesas tributárias	21(h)	(80.162)	(152.452)	(142.190)
Outras despesas operacionais	21(i)	(672.403)	(1.291.906)	(1.345.478)
Resultado operacional		(245.085)	(447.178)	(303.686)
Resultado não operacional	21(j)	(1.895)	3.876	(2.127)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro		116.378	221.148	203.636
Imposto de renda e contribuição social		(38.519)	(46.807)	(62.474)
Provisão para imposto de renda	9(d)	(5.095)	(49.342)	(75.204)
Provisão para contribuição social	9(d)	(3.115)	(35.960)	(46.741)
Ativo fiscal diferido		(30.309)	38.495	59.471
Participações estatutárias no lucro		(8.187)	(13.450)	(13.200)
Resultado líquido		69.672	160.891	127.962
Quantidade de ações		1.003.744.529	1.003.744.529	829.448.865
Resultado líquido por ação		69,41	160,29	276,17
Resultado atribuível à controladora		69.670	160.889	127.961
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		2	2	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Demonstração consolidada do resultado abrangente

31 de dezembro de 2020

	Nota	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	DRE/DMPL	69.672	160.891	127.962
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Ajustes de títulos e valores mobiliários		(74.066)	(84.917)	(1.130)
Efeitos tributários		33.330	38.156	452
Outros resultados abrangentes do semestre/exercício, líquido de impostos	DMPL	(40.736)	(46.761)	(678)
Resultado abrangente total do semestre/exercício		28.936	114.130	127.284
Lucro atribuível ao controlador		28.934	114.128	127.283
Lucro atribuível à participação dos não controladores		2	2	1

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2020

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total atribuível à controladora	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.525.152	-	-	51	257.685	1.359	-	-	1.784.247	5	1.784.252
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	127.961	-	127.961	1	127.962
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(678)	-	-	(678)	-	(678)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	(678)	127.961	-	127.283	1	127.284
Aumento de capital	19(a)	217.618	(217.618)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital a realizar	-	-	-	(217.618)	-	-	-	-	-	(217.618)	-	(217.618)
Integralização de capital	-	217.618	217.618	-	-	-	-	-	-	435.236	-	435.236
Dividendos propostos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(206.737)	-	-	-	(206.737)	-	(206.737)
Destinações propostas:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	6.398	-	(6.398)	-	-	-	-
Reserva de lucros	19(c)	-	-	-	-	115.485	-	(115.485)	-	-	-	-
Dividendos propostos	19(d)	-	-	-	-	-	-	(6.078)	-	(6.078)	-	(6.078)
Mudanças na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.742.770	-	-	51	172.831	681	-	-	1.916.333	6	1.916.339
Mutações do período		217.618	-	-	-	(84.854)	(678)	-	-	132.086	1	132.087
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.742.770	-	-	51	172.831	681	-	-	1.916.333	6	1.916.339
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	160.889	-	160.889	2	160.891
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(46.761)	-	-	(46.761)	-	(46.761)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	(46.761)	160.889	-	114.128	2	114.130
Aumento de capital	19(a)	121.562	(217.618)	-	-	-	-	-	-	(96.056)	-	(96.056)
Capital a realizar	-	-	-	(121.562)	-	-	-	-	-	(121.563)	-	(121.563)
Integralização de capital	-	217.618	121.562	-	-	-	-	-	-	339.181	-	339.181
Dividendos propostos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(115.485)	-	-	-	(115.485)	-	(115.485)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	143	-	143	-	143
Destinações propostas:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	8.052	-	(8.052)	-	-	-	-
Reserva de lucros	19(c)	-	-	-	-	145.331	-	(145.331)	-	-	-	-
Dividendos propostos	19(d)	-	-	-	-	7.649	-	(7.649)	-	-	-	-
Mudanças na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.864.332	-	-	51	218.378	(46.080)	-	-	2.036.681	8	2.036.689
Mutações do período		121.562	-	-	-	45.547	(46.761)	-	-	120.348	2	120.350

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Demonstração consolidada do resultado abrangente

31 de dezembro de 2020

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total atribuível à controladora	Participação de não controladores	Total
Saldos em 30 de junho de 2020		1.864.332	-	-	51	148.708	(5.344)	-	-	2.007.747	7	2.007.754
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	69.670	-	69.670	2	69.672
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(40.736)	-	-	(40.736)	-	(40.736)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	(40.736)	69.670	-	28.934	2	28.936
Destinações propostas:												
Reserva legal		-	-	-	-	3.484	-	(3.484)	-	-	-	-
Reserva de lucros	19(c)	-	-	-	-	62.877	-	(62.877)	-	-	-	-
Dividendos propostos	19(d)	-	-	-	-	3.309	-	(3.309)	-	-	-	-
Mudanças na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.864.332	-	-	51	218.378	(46.080)	-	-	2.036.681	8	2.036.689
Mutações do período	-	-	-	-	-	69.670	(40.736)	-	-	28.934	1	28.935

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2020

	Nota	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		136.635	249.897	261.457
Lucro líquido antes dos tributos e da participação no lucro		116.378	221.148	203.636
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		27.828	57.368	72.311
Depreciações e amortizações		4.671	9.284	8.733
Resultado de participações em controladas		(20.037)	(47.753)	(28.317)
Resultado ágio de participação em controladas		3.473	4.762	2.157
Juros pela venda do imobilizado		-	-	22
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		3.758	4.688	2.524
Outros		564	400	391
Variações patrimoniais				
(Aumento) diminuição das aplicações interfinanceiras de liquidez		(222.127)	(134.794)	708.886
(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários		(643.636)	528.083	(5.807.694)
(Aumento) das relações interfinanceiras e interdependências		(2.605.856)	(2.252.265)	(93.132)
(Aumento) das operações de crédito		(1.004.370)	(1.744.113)	(1.108.485)
(Aumento) de outros créditos		(1.806.616)	(1.326.314)	(805.959)
Diminuição de outros valores e bens		5.086	226	7.630
Aumento de depósitos		5.211.888	17.633.241	2.144.755
Aumento das obrigações por operações compromissadas		2.946.268	2.838.807	649.988
(Diminuição) dos recursos de aceites, cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures		(9.522)	(59.263)	(108.884)
Aumento das obrigações por empréstimos e repasses		610.138	677.351	300.077
Aumento (diminuição) de outras obrigações		6.036	(33.172)	(520.804)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(125.193)	(179.423)	(140.337)
Variação nos resultados de exercícios futuros		(100)	(156)	83
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		2.498.631	16.198.105	(4.512.419)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
(Aquisição) de investimentos		(52.150)	(52.383)	(6.724)
Recebimento de dividendos de coligadas		-	23.657	8.000
Alienação de imobilizado de uso		-	17	29
(Aquisição) de imobilizado		(105)	(1.679)	(4.793)
Baixa de imobilizado		-	-	1
(Aquisição) de intangível		(629)	(1.221)	(589)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(52.884)	(31.609)	(4.076)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital social		-	121.562	217.618
Pagamento de dividendos		-	(124.882)	(217.426)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamentos		-	(3.320)	192
Aumento líquida (redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.445.747	16.163.176	(4.516.303)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	24.800.172	11.082.743	15.599.046
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	27.245.919	27.245.919	11.082.743

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco"), companhia de capital fechado, localizado no endereço SIG quadra 06, lote 2080, Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "BC") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

O Conglomerado Prudencial é composto pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A., Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., e ainda, os fundos de investimento Sicoob Previdenciário - Fundo de Investimento Renda Fixa IMA-B e Sicoob Agências - Fundo de Investimento Imobiliário, pelo fato de estes últimos possuírem característica de retenção substancial de riscos e benefícios.

A Cabal, apesar de controlada do Bancoob, não foi considerada na consolidação das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, por não se tratar de uma instituição de pagamento, conforme prevê a Resolução CMN 4.280/2013, no artigo 1º. A Bancoob PAR também não foi considerada na consolidação por não atender aos critérios de consolidações dispostos na referida resolução.

Nota 2 – Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Bancoob foram elaboradas de acordo com Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013 e Circular Bacen nº 3.701, de 13 de março de 2014, e atendem os propósitos específicos da referida Resolução. As definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos e despesas são aqueles previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. O Bancoob atende aos dispostos nas Resoluções CMN 4.720/2019 e BCB 2/2020.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os do Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Bancoob DTVM) da Ponta Administradora de Consórcios Ltda. (Consórcio Ponta) e dos os fundos de investimento Sicoob Previdenciário IMA-B e Sicoob Agências Fundo de Investimento Imobiliário. Os fundos de investimento Sicoob Multimercado e Sicoob Ações não foram consolidados na data-base 31 de dezembro de 2020, em razão de não mais haver retenção substancial de riscos e benefícios pelo Bancoob a partir da data-base 31 de janeiro de 2020. Foram eliminadas as participações societárias das empresas que compõem o conglomerado prudencial, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações destas empresas e o controlador. Com relação aos fundos, foram eliminados os saldos de cotas mantidos pelo Bancoob/Bancoob DTVM, assim como, os valores a receber e a pagar, as receitas e despesa entre as entidades que compõem o conglomerado.

A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração que aprovou essas demonstrações contábeis em 9 de março de 2021.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Estes recursos são utilizados pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, vide Nota 4.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/2002 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

É fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto, (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justifiquem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8(g).

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso - 4,70%, equipamentos de uso - 10%, veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao valor recuperável de ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar, quando aplicável.

o. Plano de Previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

p. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até fevereiro e 20% a partir de março (conforme previsão legal da Emenda Constitucional nº 103/19), tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima. Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e Passivos Contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas Judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações Legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos técnicos – CPCs

O Conselho Monetário Nacional aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. Os pronunciamentos aplicáveis às instituições combinadas estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - aprovado pela Resolução CMN 4.144/2012;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - aprovado pela Resolução CMN 3.566/2008;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - aprovado pela Resolução CMN 4.720/2019;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - aprovado pela Resolução CMN 4.636/2018;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - aprovado pela Resolução CMN 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - aprovado pela Resolução CMN 4.007/2011;
- CPC 24 - Evento subsequente - aprovado pela Resolução CMN 3.973/2011;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - aprovado pela Resolução CMN 3.823/2009;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - aprovado pela Resolução CMN 4.424/2015; e
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - aprovado pela Resolução CMN 4.748/2019.

Os demais Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC serão aplicados quando aprovada a adoção pelo Conselho Monetário Nacional. No entanto, os seguintes CPCs foram adotados parcialmente pelo CMN por meio da emissão das seguintes normas:

- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN 4.524/2016;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN 4.534/2016; e
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN 4.535/2016.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	32.044	17.386
Moeda nacional	322	366
Depósitos bancários	-	2
Reservas Livres	268	124
Moeda estrangeira	31.454	16.894
Equivalentes de caixa	27.213.875	11.065.357
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	27.213.875	11.065.357
Total	27.245.919	11.082.743

Nota 5 – Depósitos compulsórios no Bacen Central

	31/12/2020	31/12/2019
Bacen – Pagamentos Instantâneos	91.729	-
Bacen - Reservas Compulsórias em espécie	6.661	5.597
Bacen - Recolhimentos obrigatórios	1.420.207	1.276.261
Total	1.518.597	1.281.858
Circulante	1.518.597	1.281.858
Não Circulante	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

	Prazo de vencimento				31/12/2020	31/12/2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses		
Aplicações em operações compromissadas	27.213.875	-	-	-	27.213.875	11.065.357
Revendas a liquidar - Posição bancada	27.213.875	-	-	-	27.213.875	11.065.357
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	10.243	180.889	697.695	888.827	754.033
Total	27.213.875	10.243	180.889	697.695	28.102.702	11.819.390
Circulante					28.102.702	11.819.390
Não Circulante					-	-

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Posição bancada	299.904	578.588	851.548
Posição financiada	11.314	11.314	35.447
Subtotal	311.218	589.902	886.995
Rendas de aplicações em depósitos Interfinanceiros	8.938	23.026	64.509
Total	320.156	612.928	951.504

Nota 7 – Instrumentos financeiros

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como “disponíveis para venda”, “para negociação” e “mantidos até o vencimento”. A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

- i. **Títulos públicos federais (LTNs, LFTs, NTNPs)** - é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.
- ii. **Fundos de investimento (FIs)** - utiliza-se o valor da última cota subordinada informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.
- iii. **Títulos privados** - os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os spreads médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emitente.

b. Instrumentos financeiros derivativos

- i. **Instrumentos financeiros derivativos** – aplica-se metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, são custodiados na [B]³ Brasil Bolsa Balcão e no SELIC, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores.

Os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são respaldados por estudo que comprova a capacidade financeira e a intenção da Administração do Bancoob em mantê-los até o vencimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ganho (perda) não realizado	31/12/2020	31/12/2019
I – Títulos disponíveis para venda	13.843	125.278	1.216.605	337.013	742.233	12.313.576	14.832.329	14.748.548	(83.781)	17.951.397	17.952.532
Carteira própria	13.843	125.278	213.109	337.013	442.288	3.212.056	4.373.707	4.343.587	(30.120)	6.983.113	6.983.490
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	141.506	-	-	2.986.391	3.155.961	3.127.897	(28.064)	5.805.208	5.805.471
Cotas de fundos de investimento	13.843	-	-	-	-	-	13.843	13.843	-	12.016	12.016
Letras Financeiras – LF	-	125.278	71.603	337.013	442.288	225.665	1.203.903	1.201.847	(2.056)	1.165.889	1.166.003
Carteira vinculada a recompra	-	-	-	-	82.553	4.673.577	4.790.462	4.756.130	(34.332)	3.952.246	3.952.540
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	82.553	4.673.577	4.790.462	4.756.130	(34.332)	3.952.246	3.952.540
Carteira vinculada a prestação de garantias	-	-	1.003.496	-	217.392	4.427.943	5.668.160	5.648.831	(19.329)	7.016.038	7.016.502
Letras Financeiras – LF	-	-	-	-	34.888	-	34.913	34.888	(25)	188.639	188.591
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	1.003.496	-	182.504	4.427.943	5.633.247	5.613.943	(19.304)	6.827.399	6.827.911
II – Títulos para negociação (a)	-	-	602	-	-	23.445	26.072	26.071	(1)	42.005	41.405
Carteira própria	-	-	-	-	-	23.445	26.072	26.071	(1)	42.005	41.405
CPR	-	-	602	-	-	-	603	602	(1)	10.225	9.625
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.365	6.365
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	2.024	-	23.445	25.469	25.469	-	24.584	24.584
Letras financeiras – LF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	831	831
III – Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	24.237	2.625.650	2.658.635	2.649.887	(8.748)	-	-
Carteira própria	-	-	-	-	24.237	569.124	602.109	593.361	(8.748)	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	407.280	407.280	407.280	-	-	-
CPRF – PÓS	-	-	-	-	7.656	118.377	126.033	-	-	-	-
CPRF – PRÉ	-	-	-	-	16.581	43.467	68.796	60.048	(8.748)	-	-
Carteira vinculada à recompra	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	2.056.526	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	2.056.526	-	-	-
IV - Instrumentos financeiros derivativos	53	-	-	-	-	-	53	53	-	122	122
Futuro – CPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Futuro – Câmbio	53	-	-	-	-	-	53	53	-	117	117
Total	13.896	125.278	1.217.207	339.037	766.470	14.962.671	17.517.089	17.424.559	(92.530)	17.993.524	17.994.059
Circulante								2.461.888			6.229.206
Não circulante								14.962.671			11.764.853

(a) Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados no ativo circulante em razão de disposição normativa.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Composição dos títulos e valores mobiliários por categoria

Composição	31/12/2020	31/12/2019
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	14.748.548	17.952.532
Valor de mercado dos títulos para negociação	26.071	41.527
Valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento	2.649.887	-
Total	17.424.559	17.994.059

No exercício não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.

Em 31 de dezembro de 2020, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 5.648.831 (2019 - R\$ 7.016.502), sendo principalmente:

- R\$ 1.891.950 (2019 - R\$ 4.132.923) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito;
- R\$ 3.692.745 (2019 - R\$ 2.826.956) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

d. Resultado com títulos e valores mobiliários e derivativos

Composição	Nota	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Rendas com títulos de renda fixa		166.834	471.542	808.333
Rendas de aplicações em fundos de investimento		-	45	3.311
TVM – Ajuste Positivo ao Valor de Mercado		7.683	16.000	8.572
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6(b)	320.156	612.928	951.504
Rendas de operações com derivativos		14.510	30.724	17.595
Despesas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(22.652)	(55.251)	(24.904)
Total		486.530	1.075.988	1.764.411

Nota 8 – Repasses interfinanceiros e operações de crédito

a. Composição da carteira de repasses interfinanceiros, operações de crédito e transações de pagamentos (cartão de crédito)

Composição	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	11.883.497	8.961.086
Empréstimos e títulos descontados	2.683.726	1.877.000
Financiamentos	1.243.993	881.817
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.853.657	2.411.736
Financiamentos imobiliários	209.255	72.618
Transações de pagamentos (cartão de crédito)	5.736.586	4.357.757
Subtotal	24.610.714	18.562.014
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(1.747)	(8.577)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(119.105)	(87.531)
(-) Provisão para outros ativos de liquidação duvidosa (cartão de crédito)	(71.442)	(51.967)
Total	24.418.420	18.413.939
Circulante	15.012.523	12.087.986
Não circulante	9.405.897	6.325.953

b. Composição da carteira por modalidade e níveis de risco

Modalidade	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	11.570.339	286.550	24.212	2.396	-	-	-	-	-	11.883.497	8.961.086
Empréstimos e títulos descontados	980.925	1.208.634	274.109	139.352	52.760	11.433	3.163	1.911	11.438	2.683.726	1.877.000
Financiamentos	49.991	472.261	298.089	302.674	58.040	39.041	6.397	6.928	10.572	1.243.993	881.817
Financiamentos rurais e agroindustriais	223.809	2.072.253	339.604	145.158	44.977	27.164	226	85	382	2.853.657	2.411.736
Financiamentos imobiliários	19.613	142.487	31.805	9.236	4.819	1.295	-	-	-	209.255	72.618
Total	12.844.677	4.182.185	967.819	598.816	160.596	78.933	9.786	8.924	22.392	18.874.128	14.204.257
Transações de pagamentos (cartão de crédito)	29.445	3.850.672	1.169.546	489.508	175.414	18.130	1.617	786	1.468	5.736.586	4.357.757
Total Geral	12.874.122	8.032.857	2.137.365	1.088.324	336.010	97.063	11.403	9.710	23.860	24.610.714	18.562.014
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	40.025	21.209	32.218	33.431	29.070	5.703	6.778	23.860	192.294	148.075
Total líquido de provisões em 31/12/2020	12.874.122	7.992.832	2.116.156	1.056.106	302.579	67.993	5.700	2.932	-	24.418.420	-
Total líquido de provisões em 31/12/2019	8.583.346	6.950.548	1.654.894	944.229	232.366	43.605	3.522	1.429	-	-	18.413.939

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Composição da provisão para de liquidação duvidosa por modalidade

Modalidade	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	-	1.434	242	72	-	-	-	-	-	1.748	8.577
Empréstimos e títulos descontados	-	6.043	2.741	4.181	5.276	3.430	1.582	1.338	11.438	36.029	33.464
Financiamentos	-	2.222	2.816	8.648	5.633	11.665	3.198	4.831	10.572	49.585	27.805
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	10.361	3.397	4.355	4.497	8.149	114	59	382	31.314	25.666
Financiamentos imobiliários	-	712	318	277	482	387	-	-	-	2.176	596
Total	-	20.772	9.514	17.533	15.888	23.631	4.894	6.228	22.392	120.852	96.108
Transações de pagamento (cartão de crédito)	-	19.254	11.695	14.685	17.542	5.439	809	550	1.468	71.442	51.967
Total geral	-	40.026	21.209	32.218	33.430	29.070	5.703	6.778	23.860	192.294	148.075

d. Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

d.1. Repasses interfinanceiros, operações de crédito e transações de pagamentos (cartão de crédito) em curso normal

Faixas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
01 a 30 dias	191.293	287.356	95.179	54.265	22.396	4.081	422	311	396	655.699	677.968
31 a 60 dias	360.670	226.016	69.998	37.363	12.732	2.055	204	194	246	709.478	603.464
61 a 90 dias	423.936	313.205	97.324	46.400	15.894	2.241	224	232	283	899.739	872.913
91 a 180 dias	2.659.307	1.085.165	347.413	154.401	54.182	9.658	849	542	851	4.312.368	3.509.176
181 a 360 dias	4.079.356	2.975.291	860.732	391.689	133.138	20.799	2.104	1.319	2.204	8.466.632	6.430.806
Acima de 360 dias	5.159.534	3.131.252	631.844	374.328	80.391	51.459	2.508	3.084	8.524	9.442.924	6.343.446
Total	12.874.096	8.018.285	2.102.490	1.058.446	318.733	90.293	6.311	5.682	12.504	24.486.840	18.437.773

d.2. Repasses interfinanceiros, operações de crédito e transações de pagamentos (cartão de crédito) em curso anormal

Parcelas vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
01 a 30 dias	26	7.862	23.091	11.762	6.163	1.139	234	153	365	50.795	47.534
31 a 60 dias	-	-	74	6.083	1.532	392	123	119	328	8.651	13.713
61 a 90 dias	-	-	-	94	2.943	235	95	83	270	3.720	4.545
91 a 180 dias	-	-	0	23	99	172	177	279	778	1.528	1.446
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	50	122	191	1.388	1.751	1.196
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	277	277	139
Subtotal	26	7.862	23.165	17.962	10.737	1.988	751	825	3.406	66.722	68.573
Parcelas vincendas											
01 a 30 dias	-	171	354	327	169	132	105	86	269	1.613	1.658
31 a 60 dias	-	123	274	330	180	133	120	116	289	1.565	1.335
61 a 90 dias	-	130	273	303	175	122	124	88	275	1.490	1.488
91 a 180 dias	-	370	769	864	514	364	323	259	785	4.248	4.091
181 a 360 dias	-	735	1.465	1.699	983	670	617	524	1.409	8.102	8.236
Acima de 360 dias	-	5.181	8.575	8.393	4.519	3.361	3.052	2.130	4.923	40.134	38.860
Subtotal	-	6.710	11.710	11.916	6.540	4.782	4.341	3.203	7.950	57.152	55.668
Total	26	14.572	34.875	29.878	17.277	6.770	5.092	4.028	11.356	123.874	124.241

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

	Vencidas	A vencer						31/12/2020	31/12/2019
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Mais de 15 anos		
Rural	-	113.962	380.711	863.841	688.431	806.712	-	2.853.657	2.411.736
Intermediários financeiros	-	937.354	6.340.901	3.350.699	747.248	507.295	-	11.883.497	8.961.087
Pessoas físicas	31.015	837.985	4.026.082	705.372	391.615	261.444	88.123	6.341.636	2.579.148
Outros serviços	14.568	401.419	2.043.659	728.527	290.730	51.422	1.599	3.531.924	4.610.043
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	45.583	2.290.720	12.791.351	5.648.439	2.118.024	1.626.873	89.722	24.610.714	18.562.014

f. Concentração dos repasses interfinanceiros, operações de crédito e transações de pagamento (cartão de crédito)

f.1. Concentração dos repasses interfinanceiros

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	4.118.766	34,66	2.964.826	37,76
50 maiores seguintes	4.641.710	39,05	3.808.981	39,51
100 devedores seguinte	2.668.875	22,46	2.046.135	21,15
Demais	454.146	3,83	141.144	1,58
Total	11.883.497	100,00	8.961.086	100,00

f.2. Concentração das operações crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	531.504	7,60	492.301	9,39
50 maiores seguintes	572.516	8,19	319.318	6,09
100 devedores seguinte	335.274	4,80	220.063	4,20
Demais	5.551.337	79,41	4.211.489	80,32
Total	6.990.631	100,00	5.243.171	100,00

f.3. Concentração das operações – transações de pagamento (cartão de crédito)

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	6.129	0,11	5.533	0,13
50 maiores seguintes	15.128	0,26	12.661	0,29
100 devedores seguinte	18.462	0,32	15.081	0,35
Demais	5.696.867	99,31	4.324.482	99,23
Total	5.736.586	100,00	4.357.757	100,00

g. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

g.1. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – repasses interfinanceiros e operações de crédito

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do semestre/exercício	121.295	96.108	58.304
Constituição/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – repasses interfinanceiros	(3.833)	(6.829)	2.192
Constituição/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	9.797	45.835	45.048
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(6.407)	(14.262)	(9.435)
Saldo no final do semestre/exercício	120.852	120.852	96.108

Os créditos renegociados no exercício de 2020 totalizaram R\$ 231.658 (31/12/2019 - R\$ 20.727) e decorrem de operações de crédito consignado, crédito rural e empréstimos, que correspondem à contratos renegociados por força normativa e por inadimplência.

Destacamos que o valor R\$ 53.202 refere-se às renegociações de crédito consignado, R\$ 85.509 corresponde às operações de crédito rural que foram renegociadas pelas Resoluções nº 4.782/2020 e 4.801/2020 devido pandemia provocada pela Covid-19 e o valor de R\$ 92.947 decorre das operações de crédito rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CNM.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2020 totalizou R\$ 2.927 (31/12/2019 - R\$ 2.127).

g.2. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – transações de pagamento (cartão de crédito)

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	50.598	51.967	35.689
Constituição de provisão para créditos liquidação duvidosa	20.844	19.475	16.278
Saldo no final do período	71.442	71.442	51.967

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

h. Receitas de repasses interfinanceiros e operações de crédito

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de repasses interfinanceiros	295.795	590.091	631.322
Empréstimos e títulos descontados	126.827	257.892	250.628
Financiamentos	42.615	72.982	71.808
Financiamentos rurais e agroindustriais	78.714	153.056	133.598
Rendas de financiamentos habitacionais	6.100	9.793	3.701
Subtotal	550.051	1.083.814	1.091.057
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.952	2.927	2.127
Total	552.003	1.086.741	1.093.184

Nota 9 – Ativos fiscais correntes e diferidos, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição dos ativos fiscais correntes e diferidos

Composição	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	198.301	198.301	154.524	154.524
Passivos cíveis e trabalhistas	14.670	14.670	13.815	13.815
Ajuste a valor de mercado (TVM)	83.782	83.782	815	815
Participação nos resultados	13.301	13.301	13.008	13.008
Comissão programa de aceleração SIPAG	4.009	4.009	2.759	2.759
FGTS 50% - diretoria	2.096	2.096	1.966	1.966
Provisões campanha nacional de vendas	29.582	29.582	20.943	20.943
Programa de Incentivo - Crédito	102.702	102.702	59.813	59.813
Bonificação cartão	5.345	5.345	127.791	127.791
Honorários advocatícios	1.518	1.518	1.518	1.518
Outras provisões	73.086	73.086	6.730	6.730
Montante	528.392	528.392	403.682	403.682
Alíquotas	25%	20%/15%	25%	15%
Ativos fiscais correntes e diferidos constituídos	132.098	105.644	100.921	60.552

b. Movimentação

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro				
Ativos fiscais correntes e diferidos (ativo)	100.921	60.552	63.731	38.271
Obrigações fiscais correntes e diferidas (passivo)	(284)	(170)	(566)	(340)
Total	100.637	60.382	63.165	37.931
Ajuste em resultado	10.192	28.303	37.097	22.225
Ativos fiscais correntes e diferidos constituídos	214.904	184.053	357.952	214.771
Ativos fiscais correntes e diferidos constituídos baixados	(204.673)	(155.718)	(320.762)	(192.490)
Movimentação do imposto diferido	(39)	(32)	(93)	(56)
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	21.229	16.927	375	226
Ativos fiscais correntes e diferidos constituídos	118.262	94.289	-	-
Ativos fiscais correntes e diferidos constituídos baixados	(97.316)	(77.532)	-	-
Movimentação do imposto diferido	283	170	375	226
Movimentação	31.421	45.230	37.472	22.451
Saldo em 31 de dezembro				
Ativos fiscais correntes e diferidos (ativo)	132.098	105.644	100.921	60.552
Obrigações fiscais correntes e diferidas (passivo)	(40)	(32)	(284)	(170)
Total	132.058	105.612	100.637	60.382

c. Expectativa de realização dos ativos fiscais correntes e diferidos

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização dos ativos fiscais correntes e diferidos se dará em até 10 anos, assim distribuídos:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Anos	Valor nominal	Valor presente
2021	95.747	94.322
2022	26.856	24.951
2023	13.710	12.017
2024	18.398	15.213
2025	29.255	22.820
2026 a 2030	53.776	39.574
Total de ativos fiscais correntes e diferidos	237.742	208.897

O valor presente dos ativos fiscais correntes e diferidos foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d. Demonstração de realização dos ativos fiscais correntes e diferidos

Em relação à previsão de realização dos ativos fiscais correntes e diferidos apontada no estudo técnico realizado em 31 de dezembro de 2019, o BANCOOB realizou 99% do total constituído no final do exercício.

Ativos fiscais correntes e diferidos	Previsão de realização	Realizado	Percentual
Comissão programa de aceleração SIPAG	1.103	1.103	100%
Derivativos	326	326	100%
Provisão sobre operações de crédito	6.473	6.473	100%
Provisões Pré Autorizadas	336	336	100%
Provisão para riscos cíveis	866	866	100%
Provisões para riscos trabalhistas	760	760	100%
Provisão para garantias prestadas	82	82	100%
Participação nos resultados	5.093	5.093	100%
Honorários de sucumbência	252	141	56%
Bonificação Cartão	51.117	51.117	100%
FGTS – diretoria	620	237	38%
1/3 férias – diretoria	71	71	100%
Campanha poupança premiada	1.426	1.426	100%
Provisão incentivo crédito	23.925	23.925	100%
Provisão desenvolvimento ações master platinum	301	301	100%
Provisões CNV	8.377	8.377	100%
ISS – Lei Complementar 157/2016	316	-	-
Total	101.444	100.634	99%

e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	221.148	221.148	203.636	203.636
Resultado de participações em controladas	(47.753)	(47.753)	(28.317)	(28.317)
Participação de empregados nos lucros	(13.450)	(13.450)	(13.200)	(13.200)
Base de cálculo	159.945	159.945	162.119	162.119
Aliquota de tributação	25%	20%/15%/9%	25%	15%/9%
Total	39.986	26.840	40.530	23.262
Efeito tributário sobre diferenças temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.007	8.486	15.802	9.481
Passivos contingentes	248	174	164	99
Demais provisões	(1.056)	(1.634)	21.636	12.860
Total	10.198	7.025	37.602	22.440
Efeitos tributários sobre diferenças permanentes	2.796	2.094	1.338	1.039
Patrocínios incentivados	(1.533)	-	(2.144)	-
PAT	(1.269)	-	(1.909)	-
Doações	(628)	-	-	-
Prorrogação licença maternidade	(177)	-	(190)	-
Prorrogação licença paternidade	(33)	-	(31)	-
Total	(3.640)	-	(4.274)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	49.340	35.959	75.195	46.741
Imposto de renda e contribuição social a pagar - semestres anteriores	2	1	9	-
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	49.342	35.960	75.204	46.741

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Investimentos em participações em coligadas e controladas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no “Ativo não circulante - investimentos”. Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo “Resultado de participações em controladas e coligadas”. Os investimentos nas empresas controladas conforme previsto para o conglomerado prudencial são eliminados no processo de consolidação.

Nota	% de participação	31/12/2020			31/12/2019		
		Valor do investimento	Resultado de equivalência	Ágio	Valor do investimento	Resultado de equivalência	Ágio
Cabal Brasil Ltda	(a)	99,00%	101.172	11.906	39.799	80,00%	42.451
Bancoob PAR	(b)	100,00%	66.949	35.847	-	100,00%	51.102
Outros investimentos	(c)	-	32.545	-	-	32.864	(1.740)
Total		200.666	47.753	39.799		126.417	28.317
							3.644

(a) Operadora de cartões de crédito Mastercard, Visa e Cabal dentro do Sicoob, controlada pelo Bancoob. Em 2020, o Bancoob adquiriu mais 19% de participação na Cabal Brasil Ltda., passando a deter 99%.

(b) Investimento na Bancoob Participações em Seguridade S.A. - Bancoob PAR Seguridade, detentora de participação no Sicoob Seguradora.

(c) Imóvel mantido para investimento.

Nota 11 – Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.010	55.964	3.240	12.774	599	75.587
Aquisição	-	9	3.052	1.525	207	4.793
Alienação	-	-	(13)	-	(17)	(30)
Depreciação	-	(3.499)	(668)	(3.601)	(144)	(7.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.010	52.474	5.611	10.698	645	72.438
Custo total	3.010	73.787	11.149	23.452	1.194	112.592
Depreciação acumulada	-	(21.314)	(5.537)	(12.754)	(549)	(40.154)
Valor residual	3.010	52.473	5.612	10.698	645	72.438
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.010	52.473	5.612	10.698	645	72.438
Aquisição	-	-	796	851	58	1.705
Alienação	-	-	(7)	(2)	(9)	(18)
Transferência	-	-	(93)	1	93	1
Depreciação	-	(3.491)	(854)	(3.781)	(175)	(8.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.010	48.982	5.454	7.767	612	65.825
Custo total	3.010	73.787	11.653	23.473	1.393	113.316
Depreciação acumulada	-	(24.805)	(6.199)	(15.706)	(781)	(47.491)
Valor residual	3.010	48.982	5.454	7.767	612	65.825
Taxas anuais de depreciação %	-	4,70%	10%	20%	10%	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Intangível

	Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.406
Aquisição	589
Alienação	-
Amortização	(821)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.174
Custo total	10.294
Amortização acumulada	(8.120)
Valor residual	2.174
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.174
Aquisição	629
Amortização	(1)
Transferência	(1)
Depreciação	(981)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.820
Custo total	10.921
Amortização acumulada	(9.101)
Valor residual	1.820
Taxas anuais de amortização %	20%

Nota 13 – Depósitos

a. Composição por tipo e prazo de vencimento

Depósitos	Prazo de vencimento						31/12/2020	31/12/2019
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
À vista	83.230	-	-	-	-	-	83.230	52.314
De poupança	9.902.359	-	-	-	-	-	9.902.359	6.507.726
Interfinanceiros	-	5.856.665	3.938.346	5.353.662	20.307.208	5.647.290	41.103.171	26.068.210
Interfinanceiros rurais	-	-	10.293	179.969	3.088.048	252.343	3.530.653	4.605.915
A prazo	-	7.037	39.858	25.843	59.999	686.298	819.035	571.042
Total	9.985.589	5.863.702	3.988.497	5.559.474	23.455.255	6.585.931	55.438.448	37.805.207
Circulante							48.852.517	34.724.711
Não circulante							6.585.931	3.080.496

b. Despesas com operações de captações no mercado

Composição	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos de poupança	67.087	157.873	230.793
Depósitos interfinanceiros	460.563	1.056.345	1.743.160
Depósitos a prazo	6.674	16.768	31.818
Captações no mercado aberto	49.039	106.601	184.751
Outras despesas de captação	7.743	14.606	21.315
Total	591.106	1.352.193	2.211.837

Nota 14 – Obrigações por operações compromissadas

	Prazo de vencimento						31/12/2020	31/12/2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano			
Carteira própria	3.308.384	3.385.483	-	83.435	-	6.777.302	3.938.495	
Total	3.308.384	3.385.483	-	83.435	-	6.777.302	3.938.495	
Circulante						6.777.302	3.938.495	
Não circulante								-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares

	Prazo de vencimento							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	31/12/2020	31/12/2019	
LCA-Pós	1.561	11.822	138	9.492	19.214	42.227	111.639	
LFG-LTEL	-	-	10.149	-	-	10.149	-	
Total	1.561	11.822	10.287	9.492	19.214	52.376	111.639	
Circulante						33.162	79.748	
Não circulante						19.214	31.891	

Nota 16 – Obrigações por empréstimos e repasses

a. Composição das obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2038 e com encargos financeiros de até 11,18% a.a.

Repasses	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	-	103.688	311.813	759.560	574.827	727.086	72	2.477.046	1.925.662
Banco do Brasil / FCO	-	1.469	8.267	13.924	12.956	15.886	-	52.502	27.002
Banco da Amazônia/FNO	-	53	159	142	-	-	-	354	
FINAME	-	55.855	170.497	345.839	208.064	111.025	-	891.280	811.108
Funcafé	-	6.399	297.542	42.007	-	-	-	345.948	326.007
Total	-	167.464	788.278	1.161.472	795.847	853.997	72	3.767.130	3.089.779
Circulante								955.742	817.840
Não circulante								2.811.388	2.271.939

b. Despesas de obrigações por empréstimos e repasses

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	42.991	76.672	64.975
FINAME	21.505	40.691	35.127
Banco do Brasil/FCO	460	996	1.461
Outras instituições	4.102	8.844	12.463
Total	69.058	127.203	114.026

Nota 17 – Instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2020	31/12/2019
	Sem vencimento	Total
Futuro - CPR	-	-
Futuro - Câmbio	1	1
Total	1	1
Circulante		1
Não Circulante		-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Provisões

a. Provisões para contingências

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: **(a)** o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; **(b)** é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e **(c)** o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no período. Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros ativos – Outros”.

Provisões constituídas

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	31/12/2020		31/12/2019	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Fiscais	5.029	2	3.507	2
Trabalhistas	800	2.536	1.036	2.614
Cíveis	8.936	12.373	8.882	11.304
Total	14.765	14.911	13.425	13.920

a.2. Movimentação das provisões para causas judiciais

	31/12/2020			31/12/2019
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro	2	2.614	11.304	13.920
Constituições no semestre	-	807	3.841	4.648
Utilizações no semestre	-	(243)	(526)	(769)
Reversões no semestre	-	(642)	(2.246)	(2.888)
Saldo final em 31 de dezembro	2	2.536	12.373	14.911
				Total

a.3. Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- i. **Trabalhistas** - referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Cíveis - referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

a.4. Cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos

Em virtude da natureza das contingências existentes e a complexidade do ambiente jurídico do Brasil, há incertezas que não permitem uma definição razoável do cronograma de liquidação futura das ações.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: **(i)** ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; **(ii)** ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; **(iii)** ações cíveis que discutem danos materiais e morais referentes aos produtos do Bancoob; **(iv)** ações de natureza trabalhista; **(v)** ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); **(vi)** ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo BANCOOB, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco.

b.1. Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	21.570	17.144
Fiscais/Previdenciárias	164.195	160.912
Cíveis	209.309	159.733
Total	395.074	337.789

c. Provisões para garantias prestadas

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	86	250	328
Constituição (reversão) semestre	109	(55)	(78)
Total	195	195	250

A provisão para garantias prestadas é sujeita aos mesmos critérios mínimos estabelecidos pela Resolução 2.682/99. No exercício de 2020, houve reversão de R\$ 55 (2019 – R\$ 78).

Nota 19 – Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 1.003.744.529 (2019 – 943.870.276) ações, sendo 504.626.590 ações ordinárias (2019 – 474.525.166) e 499.117.939 ações preferenciais (2019 – 469.345.110), todas sem valor nominal.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 51 (2019 - R\$ 51) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 8.052 (2019 – R\$ 6.398).

Foi constituída a Reserva de lucros – Outras, no valor de R\$ 145.331 (2019 – R\$ 115.485), a ser destinada na próxima assembleia. Também foi constituído dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 7.649, os quais serão destinados quando autorizado.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 7.649, equivalentes a R\$ 7,62 por lote de mil ações (2019 – R\$ 6.078, equivalentes a R\$ 6,43 por lote de mil ações).

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social, conforme Nota 7.

Nota 20 – Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em 2020 é de 13,47% (2019 – 16,82%).

Nota 21 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Outros ativos

a.1. Transações de pagamento

	31/12/2020	31/12/2019
Transações de pagamento - Adquirência	3.739.775	3.439.504
Valores a receber relativos a transações de pagamento - cartão	5.736.586	4.357.757
Total	9.476.361	7.797.261
Circulante	9.461.749	5.244.070
Não Circulante	14.612	2.553.191

a.2. Carteira de câmbio

	31/12/2020	31/12/2019
Câmbio comprado	187	8.060
Total	187	8.060
Circulante	187	8.060
Não Circulante	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.3. Outros

	31/12/2020	31/12/2019
Cheques e outros papéis remetidos	8	297
Impostos e contribuições a compensar	135.424	109.078
Pagamentos a resarcir	148.484	111.714
Títulos e créditos a receber	21.194	21.987
Devedores diversos – País	62.484	52.994
Despesas antecipadas	64.660	64.266
Outros	31.902	26.455
Total	464.156	386.791
Circulante	409.734	323.683
Não Circulante	54.422	63.108

a.4. Provisão para outros ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para valores a receber relativo a transações de pagamento	71.442	51.967
Provisão para outros ativos de liquidação duvidosa	663	1.774
Total	72.105	53.741
Circulante	71.249	51.945
Não Circulante	856	1.796

b. Outros passivos

b.1. Transações de pagamentos

	31/12/2020	31/12/2019
Transações de pagamento	4.804.890	3.589.860
Obrigações por transações de pagamentos	2.535.306	2.417.074
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	1.675	1.029
Total	7.341.871	6.007.963
Circulante	7.341.871	6.007.963
Não Circulante	-	-

b.2. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para imposto de renda	49.341	75.196
Provisão para contribuição social	35.959	46.741
Provisão PIS, COFINS e ISS	20.287	19.521
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	5.432	4.215
Impostos e contribuições sobre salários	5.166	5.525
Outros impostos	617	435
Total	116.802	151.633
Circulante	116.273	151.104
Não Circulante	529	529

b.3. Carteira de câmbio

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por compra de câmbio	187	8.070
Total	187	8.070
Circulante	187	8.070
Não Circulante	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b.4. Outros

	31/12/2020	31/12/2019
Relações interdependências	16.331	21.560
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	11.495	12.237
Obrigações por recursos de consorciados grupos encerrados	18.787	9.595
Obrigações por convênios oficiais	30.422	30.395
Despesas de pessoal	14.912	14.306
Despesas administrativas	125.550	99.545
Obrigações por cotas de fundos de investimento	8.475	9.169
Cartão de Crédito	167.990	249.535
Despesas Sobre operações de crédito	152.214	94.727
Adquirência	75.562	99.565
Outros	39.110	34.359
Total	660.848	674.993
Circulante	659.214	673.442
Não Circulante	1.634	1.551

c. Resultado de câmbio

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de câmbio	1.491	9.140	3.067
Despesas de câmbio	(68)	(97)	(444)
Total	1.423	9.043	2.623

d. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Nota	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Convênio Sicoob		4.737	8.866	13.349
Rendas de serviços bancários	(a)	10.607	21.302	27.866
Rendas de serviços prestados de fundos		1.326	2.814	2.356
Rendas de administração de fundos		6.057	12.780	12.405
Rendas de administração de consórcios		122.246	220.114	168.752
Rendas de serviços com cartão de crédito	(b)	279.226	539.359	509.886
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento		123.238	249.681	366.141
Rendas de recebimento de concessionárias	(c)	49.081	91.827	71.449
Rendas com serviços de adquirência		3.033	4.986	2.509
Outras receitas diversas		31.728	56.198	64.671
Total das receitas de prestação de serviços		631.279	1.207.927	1.239.384
Rendas de tarifas bancárias		23	54	61
Total das receitas de prestação de serviços e rendas de serviços bancários		631.302	1.207.981	1.239.445

(a) Referem-se às rendas da prestação de serviços aos associados do Sicoob não relacionados a tarifas bancárias.

(b) Referem-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidades etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

(c) Referem-se às rendas de tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

e. Outras receitas operacionais

	Nota	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de encargos e despesas		5.334	8.551	9.233
Receitas de cartões de crédito	(a)	27.409	74.800	65.610
Adquirência		134.502	246.239	266.603
Outras		5.615	10.615	9.516
Total		172.860	340.205	350.962

(a) A fim de compor o total de receita com cartão de crédito, considerar também, a nota 21(d).

f. Despesas de pessoal

	Nota	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Honorários pagos a diretores e conselheiros		6.979	13.470	11.144
Proventos	(a)	42.036	81.593	75.280
Encargos sociais	(b)	19.866	38.059	33.439
Benefícios	(c)	13.846	26.950	24.152
Treinamentos		500	1.621	4.533
Remuneração a estagiários		419	870	946
Total		83.646	162.563	149.494

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Referem-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
- (b) Referem-se, principalmente, às provisões de INSS e FGTS de funcionários.
- (c) Referem-se, principalmente, aos benefícios de assistência médica, vale-transporte, vales-refeições e previdência complementar pagos a empregados.

g. Despesas administrativas

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de água, energia e gás	43	109	175
Despesas de comunicação	12.373	29.459	32.111
Despesas com manutenção e conservação	451	785	560
Despesas de material	60	360	686
Despesas de processamento de dados	24.214	47.966	55.608
Despesas com propaganda e publicidade	48.835	82.527	71.148
Despesas com serviços do sistema financeiro	18.883	35.791	37.630
Despesas de serviços de terceiros	97.169	186.300	38.158
Despesas de serviços técnicos especializados	17.605	28.022	19.895
Despesas de depreciação e amortização	4.671	9.284	8.733
Despesas com viagens	27	1.210	5.428
Outras despesas administrativas	8.742	14.383	15.116
Total	233.073	436.196	285.248

h. Despesas tributárias

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição COFINS	46.690	88.911	83.876
PIS/PASEP	7.780	14.755	13.856
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS/QN	25.571	48.240	43.929
Outros	121	546	529
Total	80.162	152.452	142.190

i. Outras despesas operacionais

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Contingências	1.300	2.168	2.241
Despesas de serviços associados a transações de pagamento	199.750	452.034	414.487
Comissão sobre operações de crédito	226.347	226.347	273.188
Adquirência	196.496	196.496	468.274
Outras despesas operacionais	48.510	414.861	187.288
Total	672.403	1.291.906	1.345.478

j. Resultado não operacional

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Receitas não operacionais	1.578	8.656	61
Despesas não operacionais	-	(18)	(31)
Amortização ágio Cabal Brasil Ltda.	(3.473)	(4.762)	(2.157)
Total	(1.895)	3.876	(2.127)

Nota 22 – Transações com partes relacionadas

a. Cooperativas centrais e singulares do Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88.

A seguir estão apresentados os saldos das transações realizadas com o sistema Sicoob:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	12.908.840	9.586.724
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	12.856.702	9.530.392
Valores a receber	4.365	4.337
Despesas antecipadas – Comissão	47.773	51.995
Passivo	46.427.017	30.326.834
Depósitos	41.385.172	26.164.436
Operações compromissadas	4.090.337	3.155.650
Valores a pagar	951.507	1.006.748
Receitas	963.111	977.579
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	640.463	664.463
Outras receitas	322.648	313.116
Despesas	1.762.888	2.444.154
Captação	1.015.336	1.758.149
Outras despesas	747.552	686.005

b. Empresas controladas

A seguir estão apresentados os saldos das subsidiárias do Bancoob:

	Bancoob DTVM		Bancoob PAR		Cabal		Consórcio Ponta	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	65	27	-	-	-	107	221	111
Valores a receber	65	27	-	-	-	107	221	111
Passivo	11.712	2.164	1.076	558	338.084	77.015	178.383	74.826
Depósitos à vista	4	3	60	1	969	964	49	10
Depósitos a prazo	11.708	2.161	1.016	557	306.784	66.682	178.334	74.816
Valores a pagar	-	-	-	-	30.331	9.369	-	-
Receitas	-	-	-	-	-	14	1.273	1.114
Receitas diversas	-	-	-	-	-	14	1.273	1.114
Despesas	184	193	14	173	2.023	80.163	2.280	4.384
Despesas de captação	184	193	14	173	2.023	3.113	2.280	4.384
Despesas administrativas	-	-	-	-	-	77.050	-	-

c. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.

A remuneração paga aos diretores e aos conselheiros está demonstrada a seguir:

	2º semestre/2020	31/12/2020	31/12/2019
Honorários	5.917	11.265	9.103
Benefícios	1.714	3.707	3.296
Encargos	1.463	2.860	2.315
Total	9.094	17.832	14.714

Nota 23 – Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/2005, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo. Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	1.862.333	810.893	1.051.440	1.073.858	882.023	191.835
Total	1.862.333	810.893	1.051.440	1.073.858	882.023	191.835

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Benefícios a empregados - previdência complementar

O Bancoob, o Bancoob DTVM e o Consórcio Ponta são patrocinadores da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2020, as empresas acima contribuíram com o montante de R\$ 4.579 (2019 – R\$ 4.144). O Sicoob Previ contava com 697 colaboradores das empresas acima referenciadas (2019 – 671) cuja contribuição totalizou.

d. Participação nos lucros e resultados - PLR

O Bancoob, o Bancoob DTVM e o Consórcio Ponta oferecem aos funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme acordo coletivo de trabalho. No exercício de 2020 foram provisionados os valores de R\$ 13.450 (2019 - R\$ 13.200) registrado em Provisão para participações nos lucros.

e. Combate aos efeitos da pandemia da COVID-19

Em 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença ocasionada pelo novo Corona vírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, suas cooperativas singulares, cooperativas centrais, instituições de terceiro nível: Sicoob Confederação, Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob, empresas ligadas e fundação patrocinada, têm implementado medidas para gestão das operações e apoio aos funcionários, cooperados e comunidades, diante da pandemia da Covid-19.

O Bancoob exerce permanente monitoramento dos impactos que podem afetar as operações e os resultados. Desde 13 de março de 2020 foram acionados o Comitê de Crise do Sicoob e o Grupo de Crise para enfrentamento da pandemia Covid-19, que acompanham permanentemente os efeitos da crise e impactos nas operações, orientando a atuação das instituições do sistema quanto a aspectos estratégicos, operacionais, prudenciais e negociais, entre outros, além das ações de entidades reguladoras e governamentais, para promoção da segurança das pessoas e das organizações.

Entre as ações adotadas destacam-se:

- Criação de Comitê de Crise do Sicoob e Grupo de Crise para tratar do assunto de forma efetiva, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para os públicos interno e externo;
- Priorização do trabalho remoto (*home office*);
- Constante orientação aos funcionários, específicas para o trabalho remoto, a condução das operações e o atendimento aos cooperados;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Suspensão de todas as viagens;
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências;
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços;
- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população;
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet ou celular.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O Bancoob, vem acompanhando e atuando de maneira preventiva na avaliação da qualidade de toda a sua carteira de crédito e realizando, sempre que necessário, ações para reforço de suas provisões, principalmente para Associados de setores econômicos mais afetados pela crise econômica decorrente da pandemia provocada pelo COVID-19.

Durante o ano de 2020 foram realizados, seguindo as melhores práticas, uma série de estudos visando antecipar, orientar e minimizar os impactos econômicos nas diversas carteiras devido ao COVID-19.

Outros efeitos identificados/esperados

Foram adotadas medidas governamentais e regulatórias no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, que proporcionaram apoio aos negócios minimizando os impactos da pandemia:

- Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia;
- Mudanças na taxa – IOF (Decreto n.º 10.414 - Zera a alíquota do IOF para as operações de crédito que específica, quando contratadas entre 3/4/2020 e 2/10/2020);
- Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas - Resolução CMN nº 4.800/2020;
- Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito.

f. Alteração da denominação social do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob

Haja vista a reestruturação das entidades de terceiro grau, o reposicionamento estratégico e o fortalecimento da marca Sicoob, foi alterada a denominação social do Banco Cooperativo do Brasil – S/A – Bancoob para Banco Cooperativo Sicoob S/A – Banco Sicoob.

* * *

Composição dos órgãos da Administração do Bancoob

Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente
Rui Schneider da Silva – Vice-Presidente
Aifa Naomi Uehara de Paula – Conselheiro
Bento Venturim – Conselheiro
Clidenor Gomes Filho – Conselheiro
Felipe Magalhães Bastos – Conselheiro
Geraldo Souza Ribeiro Filho – Conselheiro
Marcelo Martins – Conselheiro
Hudson Tabajara Camilli – Conselheiro
Ivan Capra - Conselheiro
Ivo Azevedo de Brito – Conselheiro
José Evaldo Campos – Conselheiro
Luiz Antônio Ferreira de Araújo – Conselheiro
Luiz Gonzaga Viana Lage – Conselheiro
Marcelo Baiocchi Carneiro – Conselheiro
Wilson Geraldo Cavina – Conselheiro

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu – Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior – Diretor
Ênio Meinen – Diretor
Francisco Silvio Reposse Junior – Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges – Diretor
Rubens Rodrigues Filho – Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2 S-DF